

Breve crítica aos estudos da história da imprensa brasileira*

*Luís Fernando Rabello Borges***

De uns tempos para cá, passou a me chamar atenção a quantidade de compilações, em livros, de textos destinados originalmente a veículos impressos (revistas e sobretudo jornais), e a frequência com que essas têm sido lançadas. Mais ainda do que nos anos 1990, é na década atual que a publicação dessas compilações de textos jornalísticos vem atingindo uma intensidade jamais verificada em tempos anteriores no país. Tal fenômeno começou a despertar o meu interesse mais precisamente no final de 2004, quando foram publicadas, simultaneamente, duas compilações: *A feijoada que derrubou o governo*, de Joel Silveira, e *A imprensa livre de Fausto Wolff*, do próprio. O impacto provocado por ambas as leituras me motivou inclusive a redigir, já no início do ano seguinte, uma resenha a respeito. Publicada na edição 21 do Cadernos do CEOM, a resenha (BORGES, 2005) basicamente se refere à propriedade de que, ao serem compilados em livro, textos destinados originalmente a jornais impressos são alçados a uma condição de *posteridade*, e no nome de um *autor* específico. A partir daí, procuro fazer uma reflexão relativa aos fatores que levaram tais textos a atingirem essas características de posteridade e autoria, em geral tidas como incompatíveis com o que se entende por jornalismo. No caso específico desta resenha, me limito a apontar duas razões para tanto: a incorporação de recursos literários às regras recomendadas para a redação de um texto jornalístico, e sobretudo o espírito crítico – a ponto de, fazendo uso de uma das tantas definições já atribuídas à atividade jornalística, segundo a qual “o jornalismo é o dedo indicador da sociedade”, tratei de concluir a minha resenha escrevendo que “o jornalismo até pode ser o dedo indicador, mas ainda falta ser o dedo médio” (BORGES, 2005, p.347).

No entanto, a posterior percepção do lançamento de muitos outros livros incumbidos de compilar textos jornalísticos não tardou a me levar a uma outra constatação, a meu ver bem mais significativa. A existência de tantos livros a exercerem a função de alçar à posteridade tais textos – e seus respectivos autores/jornalistas – aponta para a possibilidade de ser realizado um levantamento

histórico desses livros. Dessa forma, teríamos um subsequente histórico dos jornalistas contemplados pela publicação em livro de parte de sua produção voltada à imprensa escrita. E é aí que fica evidente uma lacuna dos estudos da história da imprensa realizados no país (em termos tanto de livros quanto de ementas de disciplinas de cursos de graduação em jornalismo destinadas ao assunto), na medida em que (BAHIA, 1990a e SODRÉ, 1999) tendem a abordar apenas os 'empreendedores', os fundadores e/ou donos de veículos jornalísticos, bem como os primeiros jornais, ou os principais, geralmente vinculados à chamada 'grande imprensa'. São recorrentes aí, por exemplo, nomes como os de Assis Chateaubriand e de Roberto Marinho, e sobrenomes como Civita, Frias e Bloch. Frequentemente os estudos da história da imprensa brasileira fazem referência – e reverência – aos chamados 'tempos heróicos', aos 'pioneiros', e assim por diante. Quando muito, encontramos pesquisas voltadas ao resgate histórico de veículos de mídia alternativa, de apenas um ou de vários deles – como é o caso do livro *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, publicado em 1991 por Bernardo Kucinski. Mas, ainda assim, a história da imprensa que temos aí corresponde a uma história de *jornais*. Continua fazendo falta uma história de *jornalistas*, uma história da imprensa no Brasil constituída por *jornalistas*. E, aqui, entenda-se por jornalistas não exatamente os empreendedores, os empresários, e sim os jornalistas mesmo, aqueles que se sobressaem por seu ofício, os que de fato 'botam a mão na massa'.

A ausência de uma 'história dos jornalistas' nos estudos históricos envolvendo a imprensa brasileira corresponde a uma constatação que, de certa forma, chega a ser até mesmo surpreendente. É como se, por exemplo, os estudos referentes à história das teorias da comunicação contemplassem apenas os fundadores dos programas de pós-graduação na área, e não os teóricos propriamente ditos e suas respectivas teorizações e conceitos. Sabe-se que não é assim. Basta pegar qualquer livro de história das teorias da comunicação para constatar a ênfase atribuída

a criadores e criaturas – ou seja, a teóricos e teorias, e não a escolas e seus fundadores. Nesse sentido, é de se estranhar que, em se tratando de história da imprensa, os jornalistas e sua produção sejam relegados em prol de um enaltecimento dos grandes empresários e empreendedores de organizações comunicacionais.

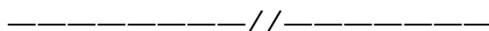
Aliás, pode-se dizer que essa postura por parte dos estudos da história da imprensa brasileira remete inclusive aos próprios estudos de história do Brasil, aqueles de caráter ‘oficial’ e tipicamente de ensino fundamental e médio, totalmente calcados em ‘heróis’ e datas. Pode até mesmo dar a entender que essa é uma postura característica de países de terceiro mundo como o Brasil, a de sempre enaltecer e louvar seus próprios superiores, dominadores e padrões. Legítimas marcas da colonização, em que os colonizados reverenciam os colonizadores. Algo que se reflete até hoje nos estudos ‘oficiais’ da história do país. E, ao que parece, também nos estudos da história de sua imprensa.

Por outro lado, não estou querendo afirmar que os estudos da história da imprensa brasileira – voltados a ‘empreendedores’, ‘jornais’, ‘pioneiros’, ‘tempos heróicos’, ‘grande imprensa’, ‘mídia alternativa’ etc. – não sejam importantes. Evidentemente, todos esses itens que acabaram de ser referidos merecem ser estudados – já mereceram e continuarão merecendo. E tampouco possui a pretensão de desmerecer livros e autores que com o tempo foram se tornando verdadeiras referências sobre o assunto, como *História da imprensa no Brasil* (1966), de Nelson Werneck Sodré, e *Jornal: história e técnica – v. 1: história da imprensa brasileira* (1972), de Juarez Bahia. Mas é igualmente inegável que há uma enorme falta de estudos que abordem os jornalistas, agentes diretos de qualquer história da imprensa que se preze.

Da mesma forma, gostaria de observar que a necessidade de focar a história dos jornalistas não se justifica unicamente em função do lançamento de compilações de textos jornalísticos, como se o fato de esses textos merecerem ser agrupados em livro fosse necessariamente alguma espécie de atestado de qualidade para os

mesmos e para seu autor. Como se livro fosse sempre sinônimo de qualidade e jornal, de falta de. Em certos casos, a compilação pode se dar muito mais pelo *status* de celebridade ostentado por determinado jornalista do que propriamente pelos méritos jornalísticos de seus escritos. Eventualmente até podem ser de qualidade, mas ainda assim talvez fique aquela pergunta no ar, do tipo ‘se ele não fosse conhecido, será que o livro teria saído?’. Na verdade, além do fator qualidade, a publicação em livro de textos inicialmente endereçados apenas a veículos impressos não chega a ser um total sinônimo sequer de posteridade (da mesma forma que os jornais não representam uma invariável efemeridade), na medida em que várias dessas compilações podem acabar se configurando como grandes fracassos editoriais, não atingindo a menor repercussão, permanecendo desconhecidas do grande público e tornando-se tão esquecidas – ou às vezes até mais – do que os jornais que as originaram. De resto, por definição nem é finalidade – e nem obrigação – do texto jornalístico almejar à posteridade.

Entretanto, se dessa forma a publicação de textos jornalísticos compilados em livro não é o único fator a justificar a necessidade de inclusão de jornalistas nos estudos da história da imprensa brasileira, ao mesmo tempo é no mínimo razoável afirmar que essas compilações em livro correspondem à principal materialização – a mais visível e palpável – de tal necessidade.



Interessante é constatar que essa lacuna referente à ausência de uma ‘história dos jornalistas do Brasil’ remete à própria oposição que costuma ser estabelecida entre história e jornalismo. A história costuma tomar para si a propriedade de elaboração de relatos contextualizados e aprofundados da realidade, com direito a noção de perspectiva passado-presente-futuro. Já o jornalismo é visto como responsável por interpretações superficiais e fragmentadas do que acontece no mundo, interpretações focadas unicamente no presente

e que já no dia seguinte tendem a se tornar descartáveis, sob a forma de páginas de jornal perecíveis e destinadas apenas a servir como embrulho para peixe ou forro de gaiola de papagaio. O caráter efêmero das narrativas jornalísticas não deixa de ser, de certa forma, uma espécie de materialização daquilo que os estudos vinculados à corrente de pensamento do 'pós-modernismo' definem como 'fim da história', ou 'fim das grandes narrativas': ao contrário do caráter linear, homogêneo e monolítico dos relatos históricos, os relatos jornalísticos compõem uma visão da história que, se por um lado é fragmentada, por outro lado é heterogênea e multifacetada. Nesse sentido, o dito 'fim da história' corresponde não exatamente à extinção de um espécime, e sim de uma história única, no singular. Surge, assim, uma idéia de uma pluralização da história, de uma multiplicidade de versões para um mesmo acontecimento histórico. Portanto, o 'fim da história' pode na verdade torná-la mais complexa, e não representar uma simplificação da mesma – e muito menos sua extinção (BERTICELLI, 2006).

Pós-modernismos à parte, vale observar que o fato de o jornalismo ser associado – pejorativamente – a rótulos de senso comum como fragmentação, descontextualização, superficialidade, efemeridade, imediatismo e descartabilidade, entre outros, se deve em muito às próprias práticas jornalísticas, particularmente as da chamada 'grande imprensa', cujas rotinas profissionais e sua eterna luta contra o relógio (TRAQUINA, 2004), seguidamente, resultam em abordagens limitadas dos acontecimentos, sob a forma de notícias desprovidas de um aprofundamento mais adequado e que não estabelecem relações com outros acontecimentos – do presente e/ou do passado. Basta folhear páginas de veículos impressos, ou então ligar a televisão no horário nobre e se deparar com o conteúdo dos telejornais: os próprios produtos noticiosos seguidamente tratam de alimentar os ranços anti-jornalísticos – e de dar razão para os mesmos – vindos de outros campos do conhecimento – como por exemplo o da própria história.

Apesar disso, tais rótulos reforçados pelas práticas jornalísticas típicas da grande imprensa não fazem parte do jornalismo como

teorias e premissas. De forma resumida, pode-se dizer que os postulados do jornalismo (MEDINA, 1988), na verdade, apregoam justamente o oposto: a necessidade de contextualização e aprofundamento das matérias, de apuração de informações e dados, checados e confrontados o máximo possível, da sempre utópica imparcialidade (que, como tal, se dá na medida do possível) e de pluralidade de lados e vozes a serem ouvidas – em oposição ao ‘pensamento único’ adotado pela maior parte dos principais produtos noticiosos do país. Isso sem falar em autonomia, independência, interesse público, veracidade, postura crítica e de fiscalização do poder.

A questão é que há um outro aspecto a ser considerado para além dos postulados teóricos anteriormente mencionados. No acúmulo dos anos de atividades jornalísticas (mais especificamente no caso da imprensa escrita, que, ao contrário de mídias como o rádio, a televisão e a internet, é anterior ao século 20), foram se sedimentando e se constituindo regras e normas de produção textual para o jornalismo (BAHIA, 1990b e LAGE, 1985 e 1987). Esse processo veio a tomar forma particularmente na década de 1950, quando começou a ser gradualmente adotado o modelo norte-americano de redação jornalística, cuja intenção de objetividade e concisão se materializa no formato resultante da adoção do ‘*lead*’ e da ‘pirâmide invertida’ – que correspondem, respectivamente, ao primeiro parágrafo do texto, destinado a apresentar a essência da informação a ser noticiada (através de respostas às ditas ‘6 perguntas do *lead*’: ‘o quê?’, ‘quem?’, ‘quando?’, ‘onde?’, ‘como?’ e ‘por quê?’), e aos parágrafos subseqüentes, nos quais os demais itens da mesma informação são organizados por ordem decrescente de importância.

Apesar de a adoção dessas normas em salas de redação e de aula, e de sua presença em manuais de redação e livros técnicos de jornalismo, ter provocado ao longo dos anos o efeito colateral referente a uma excessiva padronização dos textos jornalísticos, a um nível verdadeiramente ‘mecanicista’ (e, de quebra, conferindo um certo tecnicismo para muitos estudos e estudiosos na área), não

se pode negar os méritos delas para estabelecer o que de fato é informação. Dito de outro modo, se por um lado definições como 'lead' e 'pirâmide invertida' hoje chegam a ser tidas por muitos (eu incluído) como quase pejorativas, por outro lado elas contribuíram em muito para a distinção entre texto informativo e texto opinativo – ou ainda, entre notícia e opinião (BELTRÃO, 1992 e MEDINA, 1988). Até a primeira metade do século 20, os jornais eram predominantemente ocupados por pessoas vinculadas à literatura, que, como tal, possuíam aspirações muito mais literárias do que jornalísticas na hora de escrever um texto. Assim, os jornais seguidamente costumavam funcionar como uma espécie de 'pretexto' para literatos exercerem – e exercitarem – atividades redacionais muito mais aproximadas do beletrismo do que propriamente do jornalismo.

No artigo *A chegada do lead no Brasil*, publicado na edição 7 da *Revista da Comunicação*, Pompeu de Souza sintetiza esse cenário:

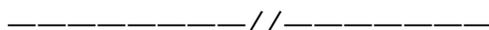
Ninguém publicava em um jornal nenhuma notícia de como o garoto foi atropelado aqui em frente sem antes fazer considerações filosóficas e especulações metafísicas sobre o automóvel, as autoridades de trânsito, a fragilidade humana, os erros da humanidade, o urbanismo do Rio. Fazia-se primeiro o artigo para depois, no fim, noticiar que o garoto tinha sido atropelado defronte a um hotel. Isso era uma reminiscência das origens do jornalismo, pois o jornal inicial foi um panfleto em torno de dois ou três acontecimentos que havia que comentar, mas não noticiar, porque já havia informação de boca, ao vivo, a informação direta (1988, p.24).

Assim, foram abandonadas a linguagem rebuscada, parnasiana, as afetações, as ambigüidades e metáforas, os pontos de exclamação e reticências, em prol de um texto mais seco, sucinto, conciso e objetivo. Saíram de cena aquelas introduções grandiloqüentes descritas na citação presente no parágrafo anterior – conhecidas como 'nariz de cera' – e entrou em seu lugar o *lead*. Deixou-se de lado as aspirações literárias em nome de um maior

poder de comunicação. E, por fim, passou a ser realizado o ocultamento do sujeito, da primeira pessoa do singular, que cedeu lugar à terceira pessoa – uma pessoa inexistente. Ou seja, a efetivação da objetividade em substituição à subjetividade se deu de forma literal: a presença do sujeito, do autor do texto, foi simplesmente eliminada.

A negação da autoria em se tratando de textos jornalísticos revela inclusive um certo caráter positivista, na medida em que, seguindo fielmente os ensinamentos de Augusto Comte (BERTICELLI, 2006), isola o objeto específico do jornalismo – no caso, a notícia – de todos os fatores que lhe são externos – autor, contexto sócio-histórico – com vistas a estudá-lo de forma objetiva, eliminando todos os traços de subjetividade – a começar pela eliminação do sujeito.

E aí é que fica evidenciado aquele que, em se tratando da reflexão desenvolvida nestas linhas, representa o principal efeito colateral de todo esse conjunto de normas e regras de produção de textos jornalísticos: a negação da autoria acaba sendo transposta para os próprios estudos de história da imprensa brasileira, que dessa forma deixam de incorporar os jornalistas que, afinal, a constituem. Configura-se assim a relação intrínseca existente, nos estudos do jornalismo brasileiro, entre história da imprensa e linguagem/práticas jornalísticas – inclusive por conta de que tanto história quanto linguagem remetem a ‘narrativas’, a ‘relatos’. Na medida em que é deixado de lado o sujeito, o autor da notícia, não há jornalista para protagonizar história de imprensa alguma. Literalmente, não sobra um só jornalista para contar a história (da imprensa).



Nesse sentido, as compilações em livro de textos jornalísticos acabam contribuindo para explicitar essa lacuna, por representarem a materialização mais concreta da mesma. Afinal, correspondem a

um conjunto de escritos agrupados no nome de um sujeito específico – o jornalista autor dos textos. Aliás, outra demonstração a respeito do quanto a questão da autoria é relegada pelos estudos históricos da imprensa do país se refere ao tipo de seção de livrarias e bibliotecas destinada a essas compilações: ao invés de serem encontradas junto a outros livros sobre jornalismo, elas curiosamente figuram em meio a livros de crônicas em geral, e até mesmo de contos – enfim, livros em sua maioria compostos por textos que sequer foram originalmente publicados em jornal, e que tampouco apresentam características jornalísticas mínimas.

De qualquer forma, o fato de as compilações de textos jornalísticos ocuparem predominantemente esse tipo de espaço de livrarias e bibliotecas aponta para outro fato, o de que grande parte dos textos pinçados de jornais e compilados em livros corresponde a crônicas. Ou seja, textos opinativos, justamente aqueles que sempre foram tidos como autorais, associados a um dito ‘estilo próprio’ de escrever e trazendo consigo a assinatura de seu autor. Nesse sentido, pode até parecer redundante reivindicar a condição de autoria para textos que são, por definição, autorais. Mas a questão é refletir a respeito de quais elementos devem se fazer presentes para caracterizar um texto como autoral – e jornalístico. A começar pelas próprias crônicas: para além de terem sido publicadas em jornais, há crônicas jornalísticas e crônicas não-jornalísticas. Sem deixar de lado as preocupações estilísticas, um conjunto de crônicas pode revelar um acompanhamento sistemático de fatos e contextos – seja unicamente através de uma mera observação à distância dos acontecimentos, seja também, às vezes, por meio de processos tipicamente jornalísticos, como ida a campo e consulta a fontes. É isso o que diferencia uma ‘crônica jornalística’ de uma ‘crônica publicada em jornal’, ocupada tão-somente em divagar sobre trivialidades do cotidiano e totalmente desprovida de qualquer atribuição informativa, de interesse público.

Portanto, uma crônica pode adquirir características jornalísticas à medida que vai além das questões estilísticas e

redacionais, incorporando também aquelas premissas do jornalismo anteriormente citadas – acompanhamento sistemático dos acontecimentos, contextualização, aprofundamento, pluralidade, e também coleta, checagem e apuração de dados e informações, entre outras. É esse conjunto de itens que vai determinar aquilo que pode ser chamado de ‘traços de autoria’ de uma crônica – e não só dela, mas também de textos jornalísticos como um todo, sejam eles opinativos ou mesmo informativos. Cada jornalista – alguns mais, outros menos – possui seus próprios modos de coletar dados, de apurar/checar/confrontar informações, e de lidar com fontes – o que inevitavelmente se reflete em sua posterior redação. Da mesma forma que os traços de autoria de um texto opinativo não se limitam ao estilo de escrever (mas também ao enfoque dado a determinado assunto/acontecimento, realçando algum item específico da realidade observada, e ao tratamento dos dados abordados), os textos informativos não são compostos unicamente de normas e premissas jornalísticas. Seja informativo ou opinativo, o texto jornalístico contempla ambos os lados – um, as questões estilísticas e redacionais, e, outro, os postulados do jornalismo.

Mas o fato é que, particularmente no caso dos textos informativos, a preocupação com tais postulados é tão grande que seguidamente são postos de lado os seus traços estilísticos. Configura-se aí uma espécie de ‘senso comum jornalístico’ que foi se criando ao longo dos anos, expresso por uma postura do tipo ‘estilo até que faz parte do ato da escrita, mas trata-se de algo totalmente secundário, o principal no jornalismo é aquele conjunto de premissas’. O problema é que esse tipo de postura pode levar para o extremo oposto: a exclusão total de algo inicialmente tido como não menos do que secundário. E, juntamente com a autoria e a subjetividade, também acaba sendo excluída justamente a presença do jornalista/autor/sujeito dos estudos de história da imprensa brasileira.

Evidentemente, as condições para exercícios estilísticos em notícias não são tão propícias quanto em uma crônica ou mesmo

em uma reportagem. Ainda assim, um texto informativo pode apresentar características autorais, da mesma forma que um texto opinativo. Nesse sentido, inclusive me arriscaria a dizer que notícias também são passíveis de serem alçadas à posteridade, sob a forma de compilações em livro. Algo como um conjunto de textos informativos escritos por um jornalista sobre acontecimentos envolvendo uma temática específica – a exemplo de notícias de guerras, só para citar um dentre tantos outros possíveis.

Notas

¹Texto apresentado na Mesa Redonda “Múltiplos Olhares Para as Memórias”. Foi mantida a forma original apresentada pelo autor.

² Mestre em Comunicação Social, professor do Curso de Jornalismo da UNOCHAPECÓ (luisfrb@unochapeco.edu.br).

Referências

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. v. 1. São Paulo: Editora Ática, 1990a.

_____. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. v. 2. São Paulo: Editora Ática, 1990b.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: Editora USP, 1992.

BERTICELLI, Ireno Antônio. **Epistemologia e educação: da complexidade, auto-organização e caos**. Chapecó: Argos, 2006.

BORGES, Luís Fernando Rabello. **Jornalismo Encadernado. In: Cadernos do CEOM nº 21 – Museus: pesquisa, acervo, comunicação**. Chapecó: Argos, 2005, p. 339-347.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1985.

LAGE, Nilson. **A estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1987.

MEDINA, Cremilda. **Notícia – um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Pompeu de. **A chegada do lead no Brasil**. *Revista da Comunicação*, n. 7, ano 4, 1988.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo – por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.